

ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO APLICADA ÀS FINANÇAS PESSOAIS

WORKING CAPITAL MANAGEMENT APPLIED TO PERSONAL FINANCES

Audizio Xavier de Almeida

Economista no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

Pós-graduado em Controladoria e Finanças pelo Centro Universitário UniAteneu.

E-mail: audizio.xavier@gmail.com

Rafael Rabelo Bastos

Doutor pela Universidad de Salamanca e Professor titular do Centro Universitário UniAteneu.

E-mail: rafael.bastos@uniateneu.edu.br

Recebido em 6 de junho de 2025
Publicado em 30 de agosto de 2025

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre as contas que compõem o capital de giro na contabilidade empresarial e suas equivalentes nas finanças pessoais. A partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica, buscou-se evidenciar como conceitos e práticas típicas da gestão empresarial podem ser aplicados ao cotidiano financeiro dos indivíduos. A pesquisa identifica pontos de convergência entre os dois contextos e demonstra a aplicabilidade de instrumentos como o fluxo de caixa, o orçamento e indicadores financeiros ao ambiente doméstico. A adoção dessas ferramentas permite ao indivíduo uma gestão mais eficiente dos recursos, promovendo equilíbrio financeiro, redução do endividamento e aumento da capacidade de poupança. A aplicação do modelo dinâmico de Michel Fleuriet às finanças pessoais é também discutida como um instrumento de planejamento e controle.

Palavras-chave: capital de giro; finanças pessoais; contabilidade; fluxo de caixa; planejamento financeiro.

ABSTRACT

This article aims to carry out a comparative analysis between the accounts that make up working capital in business accounting and their equivalents in personal finance. Based on a qualitative and descriptive approach, supported by bibliographic research, the study highlights how typical business management concepts and practices can be applied to individuals' daily financial routines. The research identifies points of convergence between the two contexts and demonstrates the applicability of tools such as cash flow, budgeting, and financial indicators in the personal environment. The adoption of these tools allows for more efficient resource management, promoting financial balance, debt reduction, and increased savings capacity. The application of Michel Fleuriet's dynamic model to personal finance is also discussed as a planning and control tool.

Keywords: working capital; personal finance; accounting; cash flow; financial planning.

1. INTRODUÇÃO

A administração do capital de giro é um dos pilares da saúde financeira das organizações empresariais. Ela está diretamente relacionada à capacidade da empresa em honrar seus compromissos de curto prazo e de manter a continuidade operacional com eficácia e eficiência.

Tradicionalmente, os estudos e as práticas voltadas à gestão do capital de giro se concentram no ambiente corporativo, considerando variáveis como caixa, estoques, contas a pagar e contas a receber. No entanto, observa-se que os princípios fundamentais dessa administração também podem ser aplicados ao contexto das finanças pessoais, uma vez que os indivíduos igualmente enfrentam desafios relacionados ao equilíbrio entre receitas, despesas e compromissos financeiros.

A crescente complexidade da vida financeira das famílias, aliada ao consumo impulsivo, com a aquisição de bens e serviços sem um planejamento prévio, muitas vezes motivado por emoções ou estímulos externos, além do acesso fácil ao crédito pessoal, tem revelado a necessidade de uma abordagem mais técnica e estruturada no planejamento pessoal. Nesse cenário, a aplicação de conceitos oriundos da contabilidade empresarial às finanças pessoais emerge como uma alternativa interessante para promover maior controle, previsibilidade e sustentabilidade financeira. Assim como nas empresas, a correta administração dos recursos circulantes pode contribuir para a redução do endividamento, o aumento da poupança e a construção de reservas para emergências ou investimentos.

Este artigo tem como objetivo principal realizar uma análise comparativa entre as contas que compõem o capital de giro na contabilidade empresarial e suas possíveis equivalências nas finanças pessoais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, com base em revisão bibliográfica fundamentada nas normas brasileiras de contabilidade, bem como em publicações acadêmicas. Pretende-se, com isso, identificar pontos de convergência entre os dois universos e demonstrar a viabilidade da utilização de práticas empresariais na gestão das finanças pessoais.

Para facilitar o entendimento, este trabalho foi dividido da seguinte forma: Na Seção 2, é apresentado um marco referencial teórico sobre a administração do capital de giro conforme a literatura da contabilidade empresarial, além de alguns conceitos de finanças pessoais que serão discutidos por meio de um comparativo entre a estrutura contábil e financeira empresarial e a realidade das finanças pessoais. A Seção 3 apresenta a metodologia adotada, a partir da reflexão sobre as práticas da contabilidade empresarial e a identificação de similaridades e correspondências funcionais entre as contas que compõem o capital de giro nas empresas e aquelas presentes no cotidiano financeiro das pessoas. Em seguida, na Seção 4, demonstram-se os componentes da estrutura patrimonial empresarial, relacionando-os com os elementos da contabilidade nas finanças pessoais. Na seção 5, são explicados o ciclo operacional, o ciclo financeiro e o ciclo econômico de uma empresa associados às finanças pessoais. Mais adiante, na Seção 6, são mostrados alguns indicadores de desempenho empresarial adaptados ao contexto pessoal. Na Seção 7, o conceito de capital de giro circulante é associado às finanças pessoais, sendo desenvolvido sob o enfoque contábil. Na Seção 8, é apresentado o modelo dinâmico de capital de giro, originalmente formulado por Michel Fleuriet, que ganhou notoriedade por introduzir uma abordagem funcional e estratégica na análise da estrutura financeira de curto prazo das empresas e por ter sido utilizado como ferramenta de análise para pequenos empreendedores, autônomos e indivíduos. Por fim, na Seção 9, são apresentadas as principais conclusões do artigo, perspectivas de pesquisas futuras, bem como as limitações deste trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Capital de Giro na Contabilidade Empresarial

O capital de giro representa os recursos financeiros necessários para manter a atividade operacional de uma empresa no curto prazo. Segundo Marion (2005), o capital de giro é composto pelo ativo circulante, integrado pelos bens e direitos que serão convertidos em dinheiro dentro de um ciclo operacional, tais como estoques, contas a receber e disponibilidades e pelo passivo circulante, que é composto pelas obrigações exigíveis no curto prazo, como fornecedores, empréstimos e tributos.

A diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante corresponde ao capital de giro líquido ou capital circulante líquido, indicador essencial da capacidade de liquidez da empresa.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a NBC TG 26 (CPC 26), o ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer um destes critérios: espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; espera-se que seja realizado em até doze meses após a data do balanço; ou é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido na NBC TG 03), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Segundo o CPC 26, o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Um passivo pode ser liquidado através da emissão de instrumentos patrimoniais, e essa opção, se oferecida à contraparte, não deve afetar a classificação do passivo. A decisão de liquidar um passivo com instrumentos patrimoniais, como ações, não muda a natureza da obrigação original, que permanece classificada como passivo até a sua efetiva liquidação.

A boa gestão do capital de giro permite às empresas reduzirem custos financeiros, evitar rupturas operacionais e aproveitar oportunidades de mercado. Conforme Gitman (2002), a administração eficiente do capital de giro deve buscar o equilíbrio entre rentabilidade e liquidez, minimizando a ociosidade de recursos sem comprometer a capacidade de pagamento.

2.2 Finanças Pessoais: Conceitos e Estrutura

As finanças pessoais podem ser entendidas como o conjunto de práticas e decisões relacionadas à administração dos recursos financeiros de um indivíduo ou família. Assim como as empresas, as pessoas lidam com entradas e saídas de dinheiro, assumem compromissos de pagamento e buscam a manutenção de um nível mínimo de liquidez para enfrentar imprevistos ou alcançar

objetivos de longo prazo. Segundo Cerbasi (2004), o planejamento financeiro pessoal consiste na organização das finanças com o intuito de equilibrar o orçamento, reduzir dívidas, formar reservas e investir.

No âmbito das finanças pessoais, as obrigações fixas mensais incluem despesas com alimentação, medicamentos, planos de saúde, mensalidades escolares, aluguéis, consumo de água e energia, internet, lazer e transporte, entre outras. As famílias também estão sujeitas a despesas sazonais e esporádicas, que se concentram em períodos específicos do ano, e a despesas eventuais e contingentes com alguma possibilidade de ocorrência, mas com baixa probabilidade de ocorrência ou de difícil mensuração.

O conceito de capital de giro, embora não usual no vocabulário das finanças pessoais, pode ser adaptado à realidade individual a partir da identificação de contas e fluxos equivalentes. Entradas de recursos, como salários, aposentadorias, pensões, rendimentos e ganhos de aplicações financeiras, compõem os recebimentos do indivíduo. Já as saídas de recursos correspondem às despesas correntes das famílias, como alimentação, transporte, contas domésticas e parcelamentos de dívidas.

A construção de um orçamento pessoal é o primeiro passo para o controle financeiro individual. De acordo com Moreira (2006), esse orçamento deve considerar não apenas os gastos fixos e variáveis, mas também os compromissos de curto prazo e as reservas de emergência. A partir dessa estrutura, é possível aplicar princípios contábeis básicos, como os regimes de competência e de caixa, por meio da segregação de contas por categoria e acompanhamento de um fluxo de caixa efetivo e projetado.

2.3 Comparação Conceitual: Empresa *versus* Pessoa Física

A partir dos conceitos apresentados, é possível estabelecer paralelos entre a estrutura contábil e financeira empresarial e a realidade das finanças pessoais. A empresa e o indivíduo compartilham a necessidade de planejar, controlar e avaliar suas operações financeiras, ainda que em escalas diferentes. Enquanto a contabilidade empresarial se utiliza de um sistema formal e normatizado para a mensuração e divulgação de informações, a gestão financeira pessoal, por vezes, ocorre de forma intuitiva e informal.

No entanto, a lógica subjacente às decisões financeiras é a mesma: garantir que as entradas superem as saídas, manter um nível adequado de liquidez e evitar o endividamento excessivo. Assim, o caixa empresarial encontra paralelo direto com o saldo bancário pessoal; os estoques podem ser comparados aos bens de consumo e provisões familiares; contas a receber equivalem a rendas futuras esperadas; e contas a pagar correspondem às dívidas e despesas previstas.

A aplicação dos conceitos empresariais à gestão das finanças pessoais pode promover maior disciplina financeira, facilitar o alcance de metas e reduzir a vulnerabilidade a crises, contribuindo para o desenvolvimento da educação financeira, aspecto fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente e equilibrada economicamente.

3. METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, com o objetivo de estabelecer uma análise comparativa entre os elementos do capital de giro empresarial e suas possíveis equivalências no contexto das finanças pessoais. Segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa é apropriada para estudos que visam compreender fenômenos complexos a partir da interpretação e da análise de conteúdos teóricos e conceituais, especialmente em temas em que a quantificação não é o foco central da investigação.

A pesquisa é classificada como bibliográfica, pois está fundamentada em material já publicado, incluindo livros, artigos acadêmicos, normas técnicas e documentos contábeis. Foram utilizados, como principal base normativa, os textos das normas brasileiras de contabilidade vigentes, bem como o período posterior à completa adoção das normas internacionais (IFRS) no Brasil. Essa escolha justifica-se pelo alinhamento ao contexto proposto no escopo do trabalho, o qual busca refletir sobre práticas tradicionais da contabilidade empresarial antes e após as alterações promovidas pelo processo de convergência contábil.

Foram também consultadas obras clássicas nas áreas de contabilidade, finanças corporativas e finanças pessoais, a fim de garantir a coerência com o arcabouço normativo adotado. A seleção das fontes considerou a relevância teórica e a aplicabilidade dos conceitos à realidade prática, tanto no ambiente empresarial quanto no contexto doméstico.

O método comparativo foi utilizado como técnica principal de análise, permitindo a identificação de similaridades e correspondências funcionais entre as contas que compõem o capital de giro nas empresas e aquelas presentes no cotidiano financeiro das pessoas. A análise foi estruturada com base em categorias de equivalência, tais como: entrada de recursos, compromissos de curto prazo, reservas e fluxo de caixa. O objetivo foi demonstrar que, embora os contextos sejam distintos, os princípios de gestão financeira podem ser transpostos e adaptados para melhorar o controle e a eficiência nas finanças pessoais.

4. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A CONTABILIDADE EMPRESARIAL E A CONTABILIDADE NAS FINANÇAS PESSOAIS

4.1 Equivalência das Contas Patrimoniais

Os principais componentes da estrutura patrimonial empresarial apresentam estreita relação com os elementos da contabilidade nas finanças pessoais. No ativo, identificam-se as aplicações dos recursos, enquanto no passivo evidenciam-se suas origens.

O ativo circulante no contexto pessoal está evidenciado nos saldos em contas correntes, salários e rendimentos a receber, além dos suprimentos domésticos como alimentos e produtos de higiene pessoal, por exemplo.

A análise das contas que compõem o capital de giro empresarial permite identificar uma série de correspondências funcionais com as finanças pessoais. Embora os contextos operacional e legal sejam distintos, os princípios de controle, liquidez e sustentabilidade financeira se aplicam a ambos. O capital de giro nas empresas corresponde aos recursos de curto prazo, assim como nas finanças pessoais.

A equivalência funcional entre as contas patrimoniais empresariais e familiares permite, também, aplicar ao cotidiano das finanças pessoais ferramentas de controle típicas da gestão empresarial como o fluxo de caixa projetado, o controle orçamentário e o acompanhamento da liquidez. Ainda que o detalhamento técnico possa ser simplificado no ambiente doméstico, a lógica de organização permanece válida.

Analogamente, é possível construir um balanço patrimonial pessoal ou familiar, limitando-se ao curto prazo (circulante), com determinadas funções de controle das finanças pessoais.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial Pessoal ou Familiar: ativo circulante e passivo circulante

ATIVO CIRCULANTE (AC)	PASSIVO CIRCULANTE (PC)
DISPONÍVEL Caixa e saldos em contas bancárias Aplicações de liquidez imediata CONTAS A RECEBER Salários Aluguéis ESTOQUES PESSOAIS Alimentos Materiais de consumo DESPESAS ANTECIPADAS	CONTAS A PAGAR Obrigações com cartões de crédito Empréstimos no limite do cheque especial Água Energia Internet Serviços domésticos Encargos e tributos

Nesse sentido, pode-se apresentar a seguinte relação entre as contas empresariais e suas equivalentes no contexto pessoal:

4.1.1 Caixa e Bancos (empresa) com Dinheiro em Espécie e Saldo Bancário (pessoa)

O disponível é classificado no ativo, na subcategoria caixa e saldos em contas bancárias. Ele representa os recursos financeiros imediatamente disponíveis para uso no dia a dia das finanças pessoais.

No ambiente empresarial, o controle de caixa é essencial para a operação diária, da mesma forma que o controle do saldo bancário é crucial para o indivíduo gerir suas despesas cotidianas.

Os depósitos à vista em contas correntes decorrentes de recebimentos de salários também se enquadram como ativo, na subcategoria de saldos bancários.

As aplicações em caderneta de poupança, tradicionalmente utilizadas pela maioria da população, são classificadas como ativos, mais especificamente em investimentos ou reserva de emergência. São recursos aplicados para eventualidades ou metas de curto prazo.

Os depósitos a prazo, como Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Letras de Crédito (LCI, LCA) e outras aplicações com vencimento pré-determinado, são classificados nas finanças pessoais como ativos. Eles pertencem à subcategoria de investimentos com prazo determinado, normalmente de média ou longa liquidez, dependendo do período de resgate. Porém, algumas aplicações dessa natureza permitem o resgate imediato ou em alguns dias após a solicitação do resgate. Esses investimentos desempenham um papel fundamental no controle financeiro pessoal, pois permitem o crescimento do patrimônio ao longo do tempo com rendimento superior ao de aplicações de curto prazo. Os depósitos a prazo estão frequentemente associados a metas financeiras específicas, como a compra de um bem durável, a formação de uma reserva para aposentadoria ou a realização de um projeto futuro (como uma viagem ou educação dos filhos).

4.1.2 Contas a Receber com Receitas Futuras (salários, aluguéis, pensões)

As contas a receber são valores que a empresa tem a receber de clientes. Na esfera pessoal, essa categoria pode ser representada por rendas mensais recorrentes ou esperadas, que compõem a base do orçamento doméstico.

As contas a receber constituem um ativo, na subcategoria valores a receber, e representam valores que a pessoa espera receber futuramente, como salários, aluguéis, empréstimos feitos a terceiros ou vendas parceladas.

4.1.3 Estoques com Bens de Consumo e Provisões Domésticas

Os estoques representam produtos disponíveis para venda ou uso produtivo. No ambiente pessoal, podem ser comparados a alimentos, produtos de higiene, limpeza e demais itens adquiridos antecipadamente, os quais reduzem a necessidade de gastos imediatos.

Os estoques, no contexto pessoal, podem ser tratados como ativos e representam o valor estimado de produtos armazenados em casa, como alimentos ou materiais de consumo.

4.1.4 Contas a Pagar com Dívidas e Parcelamentos Pessoais

As contas a pagar correspondem às obrigações exigíveis de curto prazo. Assim como a empresa deve planejar o pagamento de fornecedores, tributos e empréstimos, o indivíduo deve organizar-se para cumprir seus compromissos com faturas, boletos, financiamentos e demais dívidas pessoais.

O passivo circulante, no controle das finanças pessoais, representa o conjunto das obrigações financeiras de curto prazo, ou seja, aquelas que precisam ser pagas no curto prazo. Não é uma conta específica, mas uma categoria agregadora dentro do passivo.

Os fornecedores, no âmbito pessoal, podem representar passivo, mais precisamente contas a pagar ou dívidas com terceiros decorrentes de compras parceladas.

Empréstimos em conta corrente, no cheque especial, são também passivos, especificamente na subcategoria empréstimos ou uso de limite bancário. Indicam endividamento de curto prazo, normalmente com taxas elevadas de juros.

Serviços domésticos a pagar correspondem a uma obrigação trabalhista, e, portanto, são classificados como passivo, subcategoria obrigações trabalhistas pessoais. São compromissos mensais ou periódicos relacionados à remuneração e encargos de prestadores de serviços domésticos.

4.2 Equivalência das Receitas e Despesas

Os depósitos à vista em contas correntes decorrentes de recebimentos de salários quando analisados sob o aspecto de origem de recursos, podem ser tratados como receita, especialmente quando representa a entrada mensal decorrente do trabalho.

Os serviços prestados são classificados como receita, mais precisamente como renda de prestação de serviços. Refere-se à entrada de dinheiro por atividades profissionais exercidas de forma autônoma ou informal.

Os gastos com supermercados representam uma despesa, enquadrada na subcategoria de alimentação ou consumo familiar. Trata-se de um gasto essencial e recorrente do orçamento doméstico.

Planos de saúde e odontológicos são despesas relevantes, classificadas na subcategoria saúde, por se tratar de gastos fixos com assistência médica e odontológica.

Os seguros de automóveis podem ser classificados como despesa, dentro da subcategoria transporte/seguro. Seguros de vida são despesas enquadradas em proteção pessoal representando gastos destinados à segurança financeira de dependentes ou familiares.

Assinaturas de planos como transmissão contínua de arquivos de áudio ou vídeo pela internet sem a necessidade de fazer o download do conteúdo completo (streaming), por exemplo, compõem o grupo das despesas, na subcategoria educação ou lazer, dependendo da finalidade da assinatura.

As despesas antecipadas são tratadas como ativo, especificamente na subcategoria despesas pagas antecipadamente. Isso acontece quando o valor é pago antes do período ao qual se refere. Inicialmente, esses desembolsos com seguros, aluguéis ou mensalidades vão para despesas antecipadas no ativo e vão sendo apropriados ao longo do tempo pelo regime de competência.

Despesas com consumo pessoal como gastos com supermercados (alimentos, produtos de limpeza, por exemplo) e farmácias (como medicamentos e higiene pessoal), caso sejam com pagamento à vista, podem ser classificadas como despesas reduzindo o caixa. Porém se essas compras forem realizadas no cartão de crédito vão compor o “passivo circulante pessoal” em obrigações com cartões de crédito (contas a pagar), representando dívidas assumidas junto à administradora do cartão, que serão quitadas futuramente, com ou sem juros.

5. CICLO OPERACIONAL, FINANCEIRO E ECONÔMICO NO CONTEXTOS EMPRESARIAL E PESSOAL

A atividade empresarial visa produzir bens e serviços de forma a atender às expectativas de retorno de seus financiadores (ASSAF; SILVA, 2002). As empresas que utilizam capital de terceiros para financiar seu ativo circulante incorrem em despesas financeiras sob forma de juros. A decisão de utilizar o financiamento bancário no lugar do capital próprio está sujeita a um custo de oportunidade. Nas ciências econômicas, o custo de oportunidade é o preço pago por uma decisão. Refere-se ao valor do benefício que se deixa de ganhar ao escolher uma alternativa em detrimento de outra. O custo de oportunidade é um conceito fundamental para a tomada de decisões no contexto empresarial e, de modo semelhante, aplica-se às decisões de todo indivíduo, independentemente de sua renda ou condição socioeconômica.

O ciclo operacional de uma empresa refere-se ao tempo necessário para realizar todas as suas atividades, desde a compra de matérias-primas até o recebimento do pagamento pelas vendas. O ciclo financeiro ou ciclo de caixa corresponde ao tempo que a empresa leva para converter estoques em dinheiro disponível. É o período entre o pagamento aos fornecedores e o recebimento das vendas. Já o ciclo econômico de uma empresa se refere ao período que compreende a aquisição de matérias-primas até a venda do produto acabado, sem considerar o recebimento.

O ciclo operacional de uma empresa pode ser associado, nas finanças pessoais, ao intervalo entre dois recebimentos mensais de um indivíduo, cujo fluxo financeiro pessoal dependerá de sua capacidade de manter o equilíbrio entre despesas e receitas ao longo desse período. O ciclo financeiro, nesse contexto, corresponde ao intervalo entre o primeiro desembolso do mês e o próximo recebimento. Já o ciclo econômico das finanças pessoais compreende o período entre o recebimento atual e o último gasto do mês.

6. INDICADORES FINANCEIROS APLICÁVEIS ÀS FINANÇAS PESSOAIS

A administração do capital de giro nas empresas não se limita à identificação das contas, mas envolve também a análise de indicadores de desempenho. Alguns desses indicadores, como os apresentados a seguir, podem ser adaptados ao contexto pessoal com o objetivo de promover maior consciência sobre a saúde financeira individual e familiar.

6.1.1 Índice de Liquidez Corrente

Na empresa, o índice de liquidez corrente é calculado pela razão entre o ativo circulante e o passivo circulante. Nas finanças pessoais, pode-se aplicar o mesmo conceito, avaliando a razão entre os recursos disponíveis (caixa, saldo bancário e receitas certas) e as obrigações de curto prazo. Um índice inferior a 1 indica que a pessoa possui mais dívidas do que capacidade de pagamento imediata.

6.1.2 Necessidade de Capital de Giro

No ambiente empresarial, a necessidade de capital de giro representa o volume de capital necessário para financiar a operação corrente. No âmbito pessoal, a NCG pode ser interpretada como o valor mínimo que uma pessoa deve manter disponível mensalmente para cobrir suas despesas fixas e variáveis, sem recorrer ao crédito consignado ou empréstimos pessoais.

6.1.3 Endividamento e Comprometimento de Renda

A contabilidade empresarial monitora o nível de endividamento em relação ao patrimônio e ao resultado operacional. Para as finanças pessoais, esse indicador pode ser adaptado como o percentual da renda mensal comprometida com dívidas, recomendando que o valor do endividamento não ultrapasse um percentual da renda líquida para garantir margem de manobra e segurança.

6.1.4 Reserva de Liquidez ou Reserva de Emergência

Embora não seja um indicador formal, é prática recomendada tanto para empresas quanto para indivíduos manterem uma reserva estratégica. No caso pessoal, a reserva de liquidez ou reserva de emergência deve ser equivalente a um determinado número de meses de salário para despesas básicas, funcionando como uma espécie de “capital de giro de emergência”.

Esses indicadores, quando monitorados com regularidade, permitem ao indivíduo diagnosticar sua situação financeira com maior precisão, corrigir desvios e planejar ações de curto e médio prazo com base em critérios objetivos.

7. ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO NA GESTÃO EMPRESARIAL

A finalidade do capital de giro nas organizações é prover recursos financeiros necessários para a manutenção das operações, especialmente no que se refere à compra e venda de mercadorias ou produtos. O capital de giro é composto por valores disponíveis em caixa, estoques e contas a receber. Suas fontes podem ser classificadas em capital próprio (investimentos dos sócios e lucros acumulados) e capital de terceiros (empréstimos bancários e fornecedores).

Assaf e Silva (2002) destacam que, na gestão empresarial, o termo giro refere-se aos recursos correntes (curto prazo) da empresa, geralmente identificados como aqueles capazes de serem convertidos em caixa no prazo máximo de um ano. A gestão do capital de giro exige do administrador financeiro um esforço constante de acompanhamento, sendo mais complexo do que a administração de ativos fixos. A importância e o volume de capital de giro para uma empresa são determinados principalmente pelo volume de vendas, lastreado pelos estoques, valores a receber e caixa,

sazonalidades dos negócios, fatores cíclicos da economia, aplicação de tecnologia e políticas de negócios.

Na gestão empresarial, o capital de giro apresenta-se, em geral, como um elemento relativamente estável ao longo do tempo. Sua diminuição ocorre principalmente quando a empresa realiza novos investimentos em ativos permanentes (imobilizados). Tais investimentos, contudo, costumam ser financiados por meio de autofinanciamento, via empréstimos de longo prazo, aumento do capital em dinheiro e lucros acumulados, o que, por sua vez, contribui para o aumento do capital de giro, compensando a redução provocada pelos novos investimentos.

Dentre os fatores que comprometem o capital de giro nas organizações empresariais, destacam-se a redução de vendas, o crescimento da inadimplência, o aumento das despesas financeiras e o aumento dos custos operacionais.

Segundo Assaf e Silva (2002), uma administração inadequada do capital de giro resulta normalmente em sérios problemas financeiros, contribuindo efetivamente para a formação de uma situação de insolvência. Insolvente é toda pessoa ou entidade que não consegue honrar suas dívidas. É um estado em que o devedor, seja pessoa física ou jurídica, não consegue cumprir suas obrigações financeiras quando elas vencem.

Do ponto de vista contábil, o capital de giro líquido ou capital circulante líquido é evidenciado no balanço patrimonial, como a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Esse indicador pode ser detalhado na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), documento contábil anteriormente conhecido como Demonstração de Fundos, e que pode ser utilizado em conjunto com a Demonstração de Fluxo de Caixa para fins de análise gerencial. Ressalte-se que a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) era uma demonstração contábil obrigatória, mas foi extinta pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, que alterou a Lei das Sociedades Anônimas Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e a Lei nº 6.385, de 7/12/76, estabelecendo novas normas para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras de empresas de grande porte e outras disposições. De acordo com esse diploma normativo, a DOAR foi substituída por outras demonstrações contábeis, como a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A DOAR informava como a empresa obtinha e utilizava seus recursos ao longo de um período específico, mostrando a variação do patrimônio líquido.

Conforme Assaf e Silva (2002), quando a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante é positiva, a empresa apresenta uma folga financeira.

$$\text{Capital de Giro líquido (CGL)} = \text{Ativo Circulante} (-) \text{Passivo Circulante}$$

Assaf e Silva (2002) destacam que para a maioria das empresas, a presença de um capital de giro (circulante) positivo é básica aos seus negócios, principalmente ao se constatar que as saídas de

caixa (pagamentos) são eventos relativamente previsíveis, enquanto as entradas de caixa (recebimentos) são geralmente de difícil previsibilidade. Situação semelhante ocorre com profissionais autônomos ou liberais, que apresentam rendimentos irregulares e maior incerteza sobre seus recebimentos.

8. O MODELO DINÂMICO DE MICHEL FLEURIET APLICADO ÀS FINANÇAS PESSOAIS

O modelo dinâmico de capital de giro, originalmente formulado por Michel Fleuriet, ganhou notoriedade por introduzir uma abordagem funcional e estratégica na análise da estrutura financeira de curto prazo das empresas. Diferentemente do modelo contábil tradicional, que se limita à apuração estática do capital de giro líquido, o modelo de Fleuriet propõe a classificação dos ativos e passivos em três categorias, ativo circulante operacional (ACO), ativo realizável financeiro (ARF) e passivo circulante operacional (PCO), permitindo uma análise mais precisa da dinâmica financeira da organização (FLEURIET, 2003).

Após 2007, esse modelo passou a ser amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas brasileiras, não apenas no campo da contabilidade e das finanças corporativas, mas também como ferramenta de análise para pequenos empreendedores, autônomos e indivíduos. A adoção da abordagem dinâmica revelou-se especialmente útil para a compreensão da liquidez e da gestão do fluxo de caixa em ambientes com grande variabilidade de receitas e despesas, como é o caso das finanças pessoais.

Mais recentemente, pesquisadores têm explorado a aplicação do modelo dinâmico de capital de giro, originalmente desenvolvido por Michel Fleuriet, ao contexto das finanças pessoais. A proposta parte da premissa de que indivíduos, assim como as empresas, operam com estruturas financeiras compostas por entradas e saídas recorrentes, exigindo controle de liquidez e planejamento de curto prazo. Nesse sentido, a adaptação do modelo considera os rendimentos periódicos, como salários e aposentadorias, equivalentes ao ativo realizável financeiro (ARF), enquanto obrigações fixas, como aluguel, contas mensais e financiamentos, podem ser interpretadas como passivo circulante operacional (PCO) (SILVA; ALMEIDA, 2018).

Essa analogia permite ao indivíduo visualizar sua saúde financeira com maior clareza, facilitando a avaliação de sua posição de caixa, o controle de desequilíbrios entre vencimentos de dívidas e recebimentos, e o planejamento de decisões relacionadas ao consumo, à poupança e ao investimento. A incorporação dos conceitos de necessidade de capital de giro (NCG), capital de giro próprio (CGP) e saldo de tesouraria (ST) às finanças pessoais reforça a robustez e versatilidade do modelo de Fleuriet. Mais do que uma ferramenta empresarial, esse modelo passa a ser compreendido como um instrumento educacional e estratégico de gestão financeira doméstica (SILVA; SOUZA, 2018).

A robustez do modelo também se evidencia pela sua capacidade de sinalizar desequilíbrios financeiros a partir do capital de giro necessário (CGN) e do saldo de tesouraria, indicadores que

podem ser adaptados para uso em finanças pessoais e familiares com relativa simplicidade. Por exemplo, uma família que apresenta um saldo de tesouraria persistentemente negativo, situação análoga à dependência de capital de terceiros nas empresas, pode ser alertada quanto à necessidade de reavaliar seus compromissos de curto prazo ou buscar fontes alternativas de receita (OLIVEIRA, 2020).

Dessa forma, o modelo dinâmico de capital de giro consolida-se como uma ferramenta valiosa e versátil, aplicável não apenas no meio empresarial, mas também na organização financeira individual. Seu uso proporciona maior clareza sobre a dinâmica das entradas e saídas de recursos, favorecendo uma gestão consciente e fundamentada, em consonância com os princípios da contabilidade gerencial contemporânea.

9. CONCLUSÃO

A gestão do capital de giro é um componente essencial da administração financeira empresarial, voltado à manutenção da liquidez, à redução de riscos e à sustentabilidade operacional no curto prazo. Este artigo buscou demonstrar que os mesmos princípios e estruturas conceituais que norteiam a contabilidade empresarial podem ser adaptados com êxito à realidade das finanças pessoais. A partir da análise comparativa realizada, foi possível identificar equivalências funcionais entre as contas típicas do capital de giro e elementos do orçamento doméstico, como receitas recorrentes, despesas mensais, dívidas, reservas e saldos disponíveis.

A aplicação dos conceitos contábeis à vida pessoal mostrou-se não apenas viável, mas também altamente benéfica. Ao adotar práticas como a elaboração de orçamento, o controle de fluxo de caixa, o acompanhamento de indicadores e a constituição de reservas de emergência, o indivíduo passa a exercer maior controle sobre sua vida financeira, reduzindo o risco de endividamento e aumentando sua capacidade de planejamento e investimento. Além disso, essa abordagem contribui para o desenvolvimento da educação financeira, tema cada vez mais relevante em um cenário econômico caracterizado pela instabilidade e pelo consumo desordenado.

A análise também evidenciou que a estruturação da gestão financeira pessoal com base na lógica contábil empresarial favorece a tomada de decisões mais racionais, o alcance de metas financeiras e a construção de um futuro mais estável. Ao incorporar práticas típicas da controladoria e das finanças corporativas ao cotidiano, o indivíduo se capacita para lidar com os desafios do presente e se preparar para oportunidades futuras.

Conclui-se, portanto, que a administração do capital de giro, embora concebida para o ambiente empresarial, pode e deve ser adaptada como ferramenta de organização e fortalecimento das finanças pessoais. Essa transposição conceitual contribui para reduzir a lacuna entre o conhecimento técnico e a realidade prática da população, promovendo maior equilíbrio financeiro e autonomia econômica no nível individual.

Como limitação deste estudo, destaca-se a abordagem estritamente teórica e qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, sem a aplicação prática ou empírica dos conceitos abordados. A ausência de análise de dados reais ou estudos de caso impede a generalização dos resultados ou a verificação estatística da efetividade das práticas sugeridas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos de campo que verifiquem a aplicabilidade dos modelos apresentados em diferentes perfis socioeconômicos, com especial atenção para a adaptação do modelo dinâmico de capital de giro de Michel Fleuriet às finanças de famílias de baixa, média e alta renda. Outra possibilidade é o desenvolvimento de ferramentas práticas baseadas nos conceitos abordados, como planilhas, aplicativos ou guias de orçamento doméstico fundamentados na lógica contábil. Tais investigações podem contribuir para o aprimoramento da educação financeira e para a formulação de políticas públicas de orientação econômica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

CERBASI, Gustavo. Casais inteligentes enriquecem juntos: finanças para casais. São Paulo: Gente, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Normas brasileiras de contabilidade: NBC TG – Geral – normas completas, NBC TG – Estrutura conceitual e NBC TG 01 a 40 (exceto 34 e 42). Edição eletrônica. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FLEURIET, Michel. O modelo financeiro: uma abordagem baseada no ciclo financeiro das empresas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 8. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2002.

BRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Normas Brasileiras de Contabilidade. São Paulo: Ibracon. Disponível em: <<https://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2025

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MOREIRA, José Luiz. Educação financeira pessoal e familiar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

NETO, Alexandre Assaf e SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do Capital de Giro. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Roberta F. Aplicações práticas do modelo de Fleuriet na gestão familiar de recursos. Revista Brasileira de Finanças Pessoais, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 33-48, 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey. Administração financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Marcelo F.; ALMEIDA, Karina R. A. Adaptação do modelo dinâmico de capital de giro de Fleuriet para a análise das finanças pessoais. Revista de Finanças Comportamentais, v. 5, n. 1, p. 45-61, 2018.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Gestão do capital de giro. São Paulo: Atlas, 2005.